



PLANO OPERATIVO | 2020 - 2023

Este documento apresenta o Plano Operativo 2020-2023 referente ao Plano Nacional para Controle do Desmatamento Ilegal e Recuperação da Vegetação Nativa.

O Plano Nacional para Controle do Desmatamento Ilegal e Recuperação da Vegetação Nativa foi aprovado pela Comissão Executiva para Controle do Desmatamento e Recuperação da Vegetação - Conaveg, instituída por meio do Decreto Presidencial nº 10.142, de 28 de novembro de 2019, e busca promover a coordenação de esforços para a redução do desmatamento em todos os biomas. Objetiva ainda a implementação de ações articuladas entre a União e os demais entes federativos para a prevenção e controle das queimadas e dos incêndios florestais, e o fomento à recuperação da vegetação nativa nos biomas brasileiros.

Este Plano Operativo visa complementar o Plano Nacional. Estabelece linhas de ação relevantes, metas e indicadores com o objetivo de atingir os resultados esperados.

O Plano Nacional, do qual este Plano Operativo é derivado, apresenta 3 macro temas transversais e 5 eixos de ações prioritárias a serem implementadas no período 2020-2023.



Temas Transversais

A promoção do desenvolvimento sustentável requer o estabelecimento de um **ambiente de negócios** que incentive a atividade econômica, ao mesmo tempo em que valorize e remunere a conservação ambiental. Um ambiente de negócios positivo abre espaço para que o empreendedorismo e a inovação prosperem.

É importante destacar que a **inovação** não se limita ao desenvolvimento de tecnologia de ponta. Inclui também a aplicação de avanços tecnológicos nos seus mais variados graus que podem promover o desenvolvimento local. Em comunidades onde o básico é ausente, pequenos avanços são extremamente significativos.

Uma estrutura de **financiamento** adequada é essencial para viabilizar novos negócios. O setor financeiro, ao atender as necessidades e particularidades de cada região do território brasileiro, pode contribuir para reverter a lógica da degradação ambiental - por meio de investimento de impacto - e fomentar novas práticas econômicas e sociais vinculadas à conservação dos recursos naturais e da biodiversidade.

A proteção do meio ambiente e a preservação das florestas é de competência comum entre União, Estados e Municípios e às três esferas de poder (Executivo, Legislativo e Judiciário). Destaca-se que os Estados possuem autonomia para estabelecer e implementar suas próprias diretrizes de controle e combate ao desmatamento ilegal nas áreas sob suas jurisdições, inclusive através de aportes de novos recursos financeiros oriundos de Fundos Constitucionais. Especificamente associado ao fundo dos recursos recuperados da Petrobras a partir da operação Lava Jato, foi expedido o Ofício-Circular Nº 5/MMA, de 14 de janeiro de 2020, anexo 9 (0539816), endereçado aos 9 (nove) governadores dos Estados da Amazônia Legal, destacando que: “de acordo com a Decisão do Supremo Tribunal Federal, o emprego dos recursos deverá atender ao prescrito no item “1.2 AMAZÔNIA LEGAL”, constante da ADPF nº 568 (anexo II), (p. 26), ou seja, deverão ser “destinados à prevenção, fiscalização e ao combate do desmatamento, incêndios florestais e ilícitos ambientais na Amazônia Legal, inclusive na faixa de fronteira.” O valor disponibilizado deve ser empregado dentro dos planos estaduais que deram a direção do recurso, segue o quadro com detalhamento de quanto cada Estado recebeu:

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	VALOR (R\$)
Acre	17.507.530,00
Amazonas	30.053.120,00
Amapá	12.702.397,00
Maranhão	23.639.857,00
Mato Grosso	42.489.884,00
Pará	49.690.394,00
Rondônia	19.523.491,00
Roraima	18.548.058,00
Tocantins	15.845.269,00
TOTAL	230.000.000,00

No âmbito do governo federal, as ações dos eixos do Plano Nacional para Controle do Desmatamento Ilegal e Recuperação da Vegetação Nativa são de coordenação intersetorial e responsabilidade compartilhada entre os diferentes órgãos. Por exemplo, o eixo Bioeconomia demanda articulação com o Ministério da Economia e entes federativos; a regularização fundiária com o Ministério da Agricultura e INCRA; o monitoramento com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, Ministério da Defesa e Ministério da Justiça; enquanto o eixo de comando e controle tem uma esfera de coordenação mais forte, envolvendo ações do Ibama, ICMBio e FUNAI com o Ministério da Justiça e Ministério da Defesa.

As linhas de ações reportadas abaixo serão revisadas e validadas na reunião da Conaveg.

Tendo em vista que as causas principais de desmatamento nos diversos biomas apresentam, em linhas gerais eixos similares, está previsto um alinhamento e harmonização das ações reportadas entre a Comissão de Preservação da Amazônia Legal do Conselho da Amazônia e a Conaveg - guardadas as suas particularidades e escopo.

TOLERÂNCIA ZERO

Objetivos	Linhas de Ação	Biomias	Metas 2020-2023	Indicador	Resultados Esperados	Inst. Responsáveis
Reduzir o desmatamento e aperfeiçoar o controle ambiental	Presença institucional em campo	Todos os biomas	Aumento de 5% a cada ano, tendo como base a média dos últimos 3 anos (596). Ações de fiscalização: 2020: 622 2021: 653 2022: 686 2023: 720	Número de ações de fiscalização ambiental executadas nas Unidades de Conservação Federais	As ações de fiscalização constituem fator de prevenção e de combate às atividades degradadoras que podem impactar as Unidades de Conservação. A principal estratégia de fiscalização do ICMBio é a aumento da presença institucional nas UCs, fortalecendo as equipes locais e apoiando ações rotineiras e operação específicas, a fim de fazer uma proteção adequada do território das UC, tendo como parâmetro as áreas protegidas e a conservação delas. O esforço de planejamento e execução da fiscalização contribui para a gestão adequada da unidade e para a consecução da conservação	ICMBio
Fortalecer e aperfeiçoar os sistemas de monitoramento e disponibilização de informações para prevenção e controle dos incêndios florestais	Aprimorar o Sistema Nacional de Informações sobre Incêndios Florestais – Sisfogo	Todos os biomas	Estabelecer diretrizes para geração, coleta, registro, análise, sistematização e integração de informações sobre incêndios florestais e manejo integrado do fogo	Funcionalidades do sistema disponíveis para utilização por instituições que atuam na prevenção e no combate aos incêndios florestais	Sistema Nacional de Informações sobre Incêndios Florestais aprimorado, fornecendo informações aos usuários	IBAMA, INPE/MCTI, Censipam/MD
	Monitoramento dos incêndios em vegetação		Desenvolver os módulos e funcionalidades do Sisfogo	Número de focos de calor e área queimada (ha)	Áreas atingidas por incêndios em vegetação monitoradas, com informação disponibilizada	
			Aprimorar e monitorar diariamente a ocorrência de focos de calor (Queimadas)	Metodologia do novo indicador desenvolvida	Melhoria e continuidade das séries históricas de acompanhamento da ocorrência de fogo	
			Desenvolver um novo indicador de ocorrência de fogo integrado considerando a persistência e intensidade do fogo integrado			
Promover a responsabilização por crimes e infrações ambientais	Ampliar a punibilidade por crimes e infrações ambientais relacionadas a desmatamento ilegal e incêndios florestais	Todos os biomas	Implementar o PNAPA Ampliar a cooperação e o trabalho integrado inter-agências Ampliar o uso de tecnologia satelital para identificação de áreas com maior incidência de desmatamento ilegal	Nº de ações de fiscalização	Prevenção e redução de crimes e infrações ambientais	IBAMA
				Nº de processos julgados em qualquer instância		
				Nº de processos julgados em qualquer instância		
				Nº de processos com autuação mantida		
				Nº de processos com multa paga		
				Área embargada por infração ambiental (ha)		
				Nº de embargos decorrentes de infração ambiental		

Objetivos	Linhas de Ação	Biomás	Metas 2020-2023	Indicador	Resultados Esperados	Inst. Responsáveis	
Promover a responsabilização por crimes e infrações ambientais	-	Amazônia Legal	Otimização das investigações nos Grupos de Investigações Ambientais Sensíveis (GIASE's) do AM, PA e RO	Número de procedimentos criminais instaurados e de operações policiais ambientais deflagradas, bem como a verificação de desaceleração dos índices de desmatamento	Aumento da precisão das ações de polícia judiciária com significativa economia de gastos com logística	Polícia Federal (PF)	
			Planejamento e execução de operações em áreas críticas da Amazônia Legal, com ênfase nos alertas e relatórios produzidos pelo CENSIPAM/GIPAM e pela PLANET	Número de operações policiais ambientais deflagradas	Maior agilidade nas ações de campo e atualidade das práticas de danos ao meio ambiente possibilitando a cessação temporânea dos danos e prisões em flagrante dos infratores		
			Acompanhamento e incentivo de operações policiais contra crimes ambientais pelas Superintendências e suas projeções descentralizadas da Polícia Federal	Verificação de desaceleração dos índices de desmatamento	Efeito social pedagógico e dissuasório de novas práticas ilícitas, tanto no desmatamento e mineração quanto nos incêndios criminosos		
Prevenir e combater a ocorrência dos incêndios florestais	Implementar o Manejo Integrado do Fogo em áreas federais prioritárias (unidades de conservação federais e terras indígenas)	Todos os biomas	Ampliar o número de unidades de conservação federais e terras indígenas que aplicam o conceito manejo integrado do fogo como forma de redução de áreas atingidas por incêndios florestais	Número de unidades de conservação e terras indígenas que utilizam a abordagem do manejo integrado do fogo	Consolidação do manejo integrado do fogo como estratégia para a redução da área atingida por incêndios florestais em áreas protegidas	Ibama, ICMBio	
	Implementar o Programa de Brigadas Federais visando a redução do número de incêndios nas áreas federais prioritárias		Contratar brigadistas para atuação em áreas federais prioritárias e unidades de conservação federais	Área total manejada (ha) em unidades de conservação federais e terras indígenas			Número de brigadistas contratados por ano para atuar nas áreas selecionadas pelo Ibama e ICMBio
	Difusão de metodologias, procedimentos e ferramentas para prevenção e combate aos incêndios florestais		Padronizar metodologias, procedimentos e ferramentas	Número de metodologias, procedimentos e ferramentas padronizadas	Aumento da coordenação de ações entre as instituições de resposta		
Regulamentar o art. 40 da Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa	Articulação para aprovação do Projeto de Lei no 11.276/2018, que institui a Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo, em análise pela Comissão Mista da Câmara dos Deputados	Todos os biomas	Apresentar o Projeto de Lei no 11.276/2018, que institui a Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo para o Conselho Nacional da Amazônia Legal	Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo apresentada e discutida com atores relevantes	Segurança jurídica para as instituições que executam ação relacionadas ao manejo integrado	MMA/IBAMA	
			Acompanhar no Congresso a tramitação do PL nº 11.276/2018		Consolidação de políticas públicas e do manejo integrado do fogo no Brasil		

Objetivos	Linhas de Ação	Biomás	Metas 2020-2023	Indicador	Resultados Esperados	Inst. Responsáveis
Promover a integração dos sistemas existentes na PF	Estudo estatístico de números de Inquéritos Policiais (IPLs) de desmatamento ilegal	Amazônia Legal	Melhoramento nos sistemas de BI atualmente existentes na Polícia Federal	Nº de IPLs/ano	Maior confiabilidade dos dados fornecidos pelos sistemas internos de Business Intelligence, melhorando suas interfaces para possibilitar a extração de dados gerenciais que permitam ao gestor tomar decisões mais rápidas e assertivas	PF, MJSP
	Estudo estatístico de número operações deflagradas relacionadas com desmatamento ilegal		Atualização nos Sistemas E-POL e PALAS para que essa relação se dê de forma automática	Nº de operações/ano		
	Estudo estatístico de números de prisões relacionadas com desmatamento ilegal		Estabelecimento de sistema eficiente de comunicação das SRs e projeções descentralizadas com os órgãos centrais da PF	Nº de presos/ano		
Fortalecer e aperfeiçoar os sistemas de monitoramento e a disponibilização de informações para prevenção e controle do desmatamento ilegal	Produzir alertas de desmatamento a partir de imagens radar do sistema SIPAMSAR	Amazônia Legal	Gerar alertas de desmatamento para as áreas prioritárias na Amazônia Legal	Área de imagem efetivamente trabalhada (km2)	Fortalecimento do monitoramento	Censipam/MD
	Elaborar e divulgar o mapeamento Tzero de áreas de desmatamento, floresta e não floresta, a partir de imagens de radar (Sentinel 1-10 metros)	Amazônia Legal	Desenvolver metodologia de mapeamento para gerar a camada denominada de Tzero do desmatamento da Amazônia Legal Brasileira, visando o monitoramento sistemático	Metodologia de mapeamento de áreas de desmatamento, floresta e não floresta para gerar a camada Tzero desenvolvida	Estados da Amazônia Legal com área de desmatamento, floresta e não floresta mapeadas	Censipam/MD
			Camada Tzero para o Estado do Acre (área piloto)	Camada Tzero do Estado do Acre gerada		
			Gerar camada denominada de Tzero do desmatamento dos Estados da Amazônia Legal	Mapeamento Tzero das áreas de desmatamento, floresta e não floresta dos estados Estados, Amazonas, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins		
	Disponibilizar análises e informações de monitoramento do desmatamento para todos os estados	Amazônia Legal	Firmar 9 acordos de cooperação técnica com os estados da Amazônia Legal para o compartilhamento de análises e repasse de informações	Número de ACT firmados	Fortalecimento da Cooperação Federativa	Censipam/MD
	Aprimorar a troca de informações e fornecer insumos para atuação das forças mobilizadas na Operação Verde Brasil 2	Amazônia Legal	Criar Grupo Integrado para Proteção da Amazônia, com equipe operacional multidisciplinar	Grupo criado	Informações e insumos disponibilizados para Operação Verde Brasil 2	MD/Censipam, Incra, Funai, Ibama, ICMBio, SFB, Abin, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Inpe e Agência Nacional de Mineração, Embrapa
Produção de dados e disponibilização de informações para tomada de decisão da Operação Verde Brasil 2			Dados produzidos e informações disponibilizadas			

Objetivos	Linhas de Ação	Biomás	Metas 2020-2023	Indicador	Resultados Esperados	Inst. Responsáveis
Fortalecer e aperfeiçoar os sistemas de monitoramento e a disponibilização de informações para prevenção e controle do desmatamento ilegal	Aprimorar a troca de informações e fornecer insumos para atuação das forças mobilizadas na Operação Verde Brasil 2	Amazônia Legal	Desenvolver metodologia para otimizar ações de fiscalização	Metodologia desenvolvida e ações de fiscalização direcionadas	Informações e insumos disponibilizados para Operação Verde Brasil 2	MD/Censipam, Inkra, Funai, Ibama, ICMBio, SFB, Abin, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Inpe e Agência Nacional de Mineração, Embrapa
	Monitoramento e qualificação dos desmatamentos nos biomas brasileiros	Todos os biomas	Monitorar anualmente a supressão da vegetação nativa (PRODES) - 06 mapas anuais, um por bioma	Mapas anuais da supressão de vegetação nativa	Áreas de supressão de vegetação nativa monitoradas, com informação disponibilizada	INPE/MCTI
		Amazônia e Cerrado	Monitorar diariamente com imagens WFI a supressão da vegetação nativa (DETER) - 24 mapas dos agregados mensais, 12 para a Amazônia e 12 para o Cerrado	Mapas dos agregados mensais da supressão de vegetação nativa para Amazônia e Cerrado	Fortalecimento do monitoramento e disponibilização de informações e ferramentas para prevenção e controle da supressão de vegetação nativa	INPE/MCTI
		Amazônia e Cerrado	Produzir bimestralmente o mapa dos hotspots da supressão de vegetação nativa - 12 mapas bimestrais, 06 para a Amazônia e 06 para o Cerrado	Mapas bimestrais de hotspots da supressão de vegetação nativa para Amazônia e Cerrado	Fortalecimento do monitoramento e disponibilização de informações e ferramentas para prevenção e controle da supressão de vegetação nativa nos hotspots	INPE/MCTI
		Amazônia	Monitorar diariamente os hotspots da supressão de vegetação nativa (DETER Intenso) - 485.000 km ² em 2020 e 2021, 1.000.000 km ² a partir de 2022	km ² monitorado	Disponibilização diária dos hotspots da supressão de vegetação nativa para prevenção e controle do desmatamento	INPE/MCTI, Censipam/MD
		Amazônia	Disponibilizar dados do desmatamento via plataforma Terrabrasilis, permitindo integração de banco de dados geográficos, sem necessidade de interação humana	km ² monitorado	Disponibilização diária dos hotspots da supressão de vegetação nativa para prevenção e controle do desmatamento	INPE/MCTI, Censipam/MD
		Amazônia	Monitorar bienalmente o uso e cobertura da terra na porção com supressão de vegetação nativa (TerraClass) - 06 mapas bienais, um por bioma	Mapas bienais de uso e cobertura da terra na porção com supressão de vegetação nativa	Mapeamento bienal do uso e cobertura da terra por bioma, na porção com supressão de vegetação nativa, incluindo a categoria de vegetação secundária	INPE/MCTI, Embrapa, Censipam/MD

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Objetivos	Linhas de Ação	Biomias	Metas 2020-2023	Indicador	Resultados Esperados	Inst. Responsáveis
Promover a regularização fundiária de terras públicas e a titulação dos Assentamentos de Reforma Agrária	Fortalecer o INCRA e promover a efetiva implementação da Regularização Fundiária de terras públicas da União e do INCRA e a Titulação dos Assentamentos de Reforma Agrária por meio da execução de ações integradas e coordenadas	Todos os biomas	Regularização Fundiária de terras públicas da União e do INCRA e a Titulação dos Assentamentos de Reforma Agrária por meio da execução de ações integradas e coordenadas	Nº de documentos titulatórios entregues	Regularização fundiária e a formalização da ocupação territorial garantidas	INCRA/MAPA
			Revisão dos marcos legais que regulamentam a Lei 11.952/2009 para implementação da titulação por sensoriamento remoto	Publicação de atos normativos	Instrumentos para celeridade na titulação de terras no país consolidados	
			Campanha para mobilização dos produtores para atualização de dados cadastrais para a efetiva titulação	Numero de campanhas realizadas	Produtores rurais engajados e conscientizados das necessidades para regularização fundiária de suas parcelas	
			Ampliar capacidade de execução do INCRA para fins de titulação	Ampliação da estrutura de gestão, de recursos humanos, orçamentários e tecnológicos no órgão	Órgão fortalecido e com capacidade de gestão territorial e regularização fundiária	
Fortalecer a conservação, o uso sustentável e a repartição de benefícios da Biodiversidade e dos Recursos Naturais, de forma a combater e reverter as suas perdas e a redução dos serviços ecossistêmicos	Elaborar e implementar uma política de melhoria do processo de Compensação de Reserva Legal	Todos os biomas	Atualizar a IN 05/2016	IN 05/2016 atualizada	Atualizar a IN de Compensação de Reserva Legal incluindo outros tipos de compensação ambiental com intuito de certificar um maior número de áreas	ICMBio
			Ampliar em 20% a disponibilidade de áreas certificadas para doação por compensação de passivo de reserva legal (equivalente a 90 imóveis rurais por ano)	Número de áreas com Certificado de Compensação de Reserva Legal e Certificado de outros de tipo de compensação ambiental		

ORDENAMIENTO TERRITORIAL

Objetivos	Linhas de Ação	Biomias	Metas 2020-2023	Indicador	Resultados Esperados	Inst. Responsáveis
Destinar Glebas Públicas Federais	Planejar a destinação, uso e ocupação das áreas não destinadas em glebas públicas federais	Amazônia Legal	Definir metodologia para verificação da área não destinada em glebas públicas federais	Metodologia definida	Uso e ocupação do território definidos e redução da ocupação desordenada e grilagem de terras	MAPA ME, INCRA, ICMbio, Funai
			Definir a área não destinada em glebas públicas federais	Área não destinada definida (ha)		
			Planejar a destinação, uso e ocupação das áreas não destinadas em glebas públicas federais	Área Destinada (ha)		
Consolidação das Unidades de Conservação	Monitoramento da gestão das Unidades de Conservação	Todos os biomas	Aumentar o número de Unidades de Conservação monitoradas por ferramentas de avaliação de efetividade de gestão	Número de Unidades de Conservação monitoradas por ferramentas de avaliação de efetividade de gestão	Ampliação da capacidade de monitoramento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação Número de UCs sendo avaliadas por ferramentas de avaliação de efetividade	MMA
Atualizar regulamentação sobre Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE)	Revisão do Decreto nº 4.297/2002, que estabelece os critérios para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil – ZEE	Todos os biomas	Proposta de atualização do Decreto elaborada até dez/2021	Proposta de atualização do Decreto elaborada	<p>Maior clareza e segurança jurídica</p> <p>Atualização dos critérios para elaboração de ZEE e do processo de aprovação</p> <p>Padronização das iniciativas de ZEE em âmbito nacional</p>	MMA, ME
	Elaboração de norma específica com as diretrizes metodológicas atualizadas para o ZEE, em âmbito nacional		Proposta de norma elaborada até dez/2021	Proposta de norma com as diretrizes metodológicas para o ZEE elaborada	<p>Revisão e atualização das diretrizes existentes.</p> <p>Segurança jurídica</p> <p>Disponibilização de informações para implementação de políticas e instrumentos de planejamento territorial</p>	

PSA

Objetivos	Linhas de Ação	Biomias	Metas 2020-2023	Indicador	Resultados Esperados	Inst. Responsáveis
Estabelecer normas e regulamentos de PSA	Regulamentar o artigo 41 do Código Florestal	Todos os biomas	Elaborar proposta de regulamentação do artigo 41 e submeter à Casa Civil da Presidência	Normativos elaborados	Segurança jurídica Consolidação normativa do pagamento por serviços ambientais como instrumento de política ambiental	MMA, SFB/MAPA, ME
	Regulamentar os procedimentos de emissão, registro, transferência, utilização e cancelamento do certificado de CRA		Estabelecer as regras para a operação do mercado de CRA			SFB/MAPA, ME
	Acompanhar a tramitação no Congresso Nacional do projeto de lei que estabelece a Política Nacional de PSA		Contribuir para a aprovação da Política Nacional de Pagamentos por Serviços Ambientais no Congresso Nacional			MMA, MAPA, ME, MCTI
Simplificar e facilitar os processos, transações e contratos de PSA	Criar o CNAE de Serviços Ambientais para melhoria, recuperação e conservação da vegetação nativa e dos recursos naturais	Todos os biomas	Submeter a proposta de CNAE PSA e CNAE Conservação à Concla/IBGE	Proposta de inclusão da conservação da vegetação nativa no CNAE de Florestas Nativas e apresentação da criação de uma nova CNAE PSA	Caracterização e formalização da atividade de prestação de serviço ambiental Geração de estatísticas e transparência nas transações fiscais	MMA, Concla/IBGE
	Reconhecer a atividade de conservação nativa no Cadastro Nacional de Atividades Econômicas		Inserir descrição da atividade de conservação da vegetação nativa nas notas explicativas do 0220-9/06	Atividade inserida	Incorporar as atividades diretamente associadas a conservação e preservação da vegetação nativa, essenciais para a preservação dos recursos naturais	
	Implementar o módulo de CRA no Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural		Estabelecer a estrutura de emissão da CRA no SICAR	Módulo de CRA em operação	Funcionamento do mercado de CRA	
Promover articulação para implementação da Política de Recuperação da Vegetação Nativa	Implementar a Estratégia Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa	Todos os biomas	Elaboração de relatórios de Balanço anuais	Nº de Balanços anuais elaborados	Prover subsídios para futuras ações	MMA
Implementar a Estratégia Nacional de REDD+	Revisão da ENREDD+	Amazônia e Cerrado	ENREDD+ revisada	ENREDD+ publicada	Fortalecimento do potencial de mitigação das emissões florestais no Brasil	MMA
	Reconhecimento dos resultados de reduções de emissões do Cerrado e Amazônia perante a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima		Dois relatórios de emissões evitadas nos biomas Cerrado e Amazônia submetidos e aprovados no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima	Nº de Relatórios aprovados	Ampliação do Potencial de captação	

Objetivos	Linhas de Ação	Biomias	Metas 2020-2023	Indicador	Resultados Esperados	Inst. Responsáveis
Implementar a Estratégia Nacional de REDD+	Revisão e atualização do FREL Nacional (nível de referência de emissões florestais)	Amazônia e Cerrado	FREL Nacional atualizado	Documento entregue	Novas captações e atualização da política de controle de desmatamento	MMA
Ampliar o volume de recursos captados destinados à conservação	Captar recursos a título de pagamentos por resultados	Todos os biomas	Diversificar a carteira de doadores e submeter novas propostas de projetos	Volume de recursos financeiros atribuídos ao Brasil, por meio de instrumentos de pagamentos por resultados de REDD+	Ampliação dos recursos captados e dos investimentos em conservação	MRE, MMA
	Captar recursos para Pagamentos por Serviços ambientais			Número de parcerias internacionais com foco em captação de recursos para pagamentos por resultados de REDD+		
				Volume de recursos financeiros destinados ao Brasil para PSA		
Implementar programas e projetos de PSA	Implementar o Programa Nacional de Pagamentos por Serviços Ambientais - Floresta +	Todos os biomas	Promover a integração de dados e a divulgação das iniciativas de PSA	Número de projetos e iniciativas registradas em base de dados do MMA	Fortalecimento e ampliação das políticas públicas e programas de PSA	MMA, PNUD
			Desenvolver e divulgar protocolo de atividades de serviços ambientais para prevenção de incêndios florestais nas propriedades rurais	Protocolo criado e disponibilizado		
			Promover acordos setoriais e iniciativas privadas relacionados à conservação e remoção de carbono, à conservação das águas e da biodiversidade e demais serviços ambientais da vegetação nativa, conforme Inciso I do artigo 41 do Código Florestal	Arranjos e parcerias promovidas junto ao setor privado		
			Implementar o projeto piloto Floresta+ Amazônia, realizando pagamentos para as atividades de conservação da vegetação nativa em imóveis rurais 150 mil ha até 2023	Área de florestas apoiada por incentivos a serviços ambientais de conservação		
					Desenvolvimento do mercado de serviços ambientais	
					Conservação e ampliação da vegetação nativa nas propriedades rurais	
					Conservação e uso sustentável nas áreas protegidas	
					Inovação no setor florestal	

Objetivos	Linhas de Ação	Biomias	Metas 2020-2023	Indicador	Resultados Esperados	Inst. Responsáveis
Implementar programas e projetos de PSA	Implementar o Programa Nacional de Pagamentos por Serviços Ambientais - Floresta +	Todos os biomas	Implementar o projeto piloto Floresta+ Amazônia Legal, realizando pagamentos para as atividades de recuperação da vegetação nativa em imóveis rurais 50 mil ha até 2023	Área apoiada por incentivos a serviços ambientais de recuperação	Fortalecimento e ampliação das políticas públicas e programas de PSA Desenvolvimento do mercado de serviços ambientais Conservação e ampliação da vegetação nativa nas propriedades rurais Conservação e uso sustentável nas áreas protegidas Inovação no setor florestal	MMA, PNUD
			Apoiar a implementação de projetos de gestão territorial em terras indígenas e territórios de povos e comunidades tradicionais 32 projetos até 2023	Implementação de projetos de gestão territorial em terras indígenas e povos e comunidades tradicionais apoiada		
			Apoiar projetos de inovação florestal 10 projetos até 2023	Implementação de projetos de melhoria e adoção de instrumentos inovadores para as políticas públicas relacionadas à preservação e recuperação das florestas apoiada		
	Implementar o projeto Conexão Mata Atlântica - Recuperação e proteção dos serviços de clima e biodiversidade do corredor sudeste da Mata Atlântica	Mata Atlântica	RJ e SP - realizar 940 contratos de PSA com produtores rurais com produtores rurais	Número de contratos assinados e produtores beneficiados	Estados da Amazônia Legal com área de desmatamento, floresta e não floresta mapeadas	Censipam/MD
			RJ e SP - reconhecer 15.300 hectares de áreas manejadas com práticas de conservação, restauração ecológica e conversão produtiva	Área manejada (ha)		
			SP - oferecer assistência técnica a 250 pequenos produtores rurais	Número de pequenos produtores rurais assistidos		
			SP - apoiar 160 produtores para realização de certificação de produtos e propriedades	Número de produtores certificados		
			SP - beneficiar 180 produtores com apoio ao desenvolvimento de cadeias de valor sustentável	Número de produtores apoiados		
			MG - capacitar 1.178 produtores rurais em boas práticas	Número de produtores capacitados		
			MG - recuperar 1.500 hectares de áreas degradadas	Área recuperada (ha)		
Prover método simplificado para monitoramento ecossistêmico nas áreas com intervenção de PSA	Todos os biomas	Modelo simplificado para monitoramento ecossistêmico elaborado e validado	Método validado	Disponibilização de método simplificado para monitoramento ecossistêmico	MCTI	

Objetivos	Linhas de Ação	Biomias	Metas 2020-2023	Indicador	Resultados Esperados	Inst. Responsáveis
Implementar programas e projetos de PSA	Ampliar o Programa Produtor de Águas	Todos os biomas, exceto Amazônia Legal	Apoiar projetos indicados nos planos de ação da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) nas bacias definidas como prioritárias	Nº de projetos apoiados	Adoção de práticas conservacionistas de solo e água	ANA, Prefeituras municipais, CBHS e demais parceiros locais
				Área beneficiada (ha)	Adequação ambiental de propriedades rurais	
				Número de produtores beneficiados	Melhoria na qualidade da água Aumento da oferta hídrica	
Viabilizar os serviços ambientais para promover o desenvolvimento sustentável, em especial, em Áreas Protegidas e Comunidades Locais	Concessão dos serviços de apoio à visitação de Unidades de Conservação	Todos os biomas	2020: 10 2021: 17 2022: 22 2023: 27	Número de editais de delegação de serviços publicados em UC (acumulado)	Delegação de serviços públicos em Unidades de Conservação Federais	ICMBio, MMA
Desenvolver mecanismos financeiros inovadores para incentivar a recuperação da vegetação nativa	Implementação da Modalidade Floresta+ Recuperação, do Projeto Piloto Floresta+ Amazônia	Amazônia	Promoção da recuperação de 50.000 hectares (ha), por meio de pagamentos por serviços ambientais	Área apoiada por incentivos a serviços ambientais de recuperação (ha)	Estima-se que 5.000 imóveis sejam beneficiados nesse período, considerando uma área média a ser contabilizada de 10 ha/imóvel	MMA
Promover e facilitar a implementação de ações de recuperação da vegetação nativa	Implementação das ações do projeto GEF Paisagens Sustentáveis da Amazônia	Amazônia	Promover e facilitar a ações de recuperação em 10.000 ha	Área em processo de recuperação (ha)	10.000 ha em processo de recuperação, incluindo áreas públicas e privadas	MMA
	Implementação das ações do projeto Biodiversidade e Mudança Climática na Mata Atlântica	Mata Atlântica	Promover e facilitar a ações de recuperação em 2.000 ha	Áreas em processo de recuperação (ha)	2.000 ha em processo de recuperação, incluindo áreas públicas e privadas	
Implementar uma estratégia de planejamento espacial e de monitoramento para apoiar o processo de tomada de decisão para a recuperação, conservação e valoração da vegetação nativa	Reunir e integrar conjuntos de dados e sistemas complementares	Mata Atlântica e Cerrado	Revisar as áreas prioritárias para recuperação da vegetação nativa nos biomas Mata Atlântica e Cerrado, até dez/2023	Um relatório ou mapa revisado das áreas prioritárias para recuperação da vegetação nativa por bioma (total de 02 relatórios ou mapas)	Processo de tomada de decisão para a recuperação da vegetação nativa é realizado, otimizando recursos financeiros e benefícios socioambientais	MMA
Promover a conservação e a recuperação da vegetação nativa, reduzir o desmatamento ilegal e os incêndios florestais	Diminuição das áreas atingidas por incêndios florestais	Todos os biomas	20% ao ano, de 2020 até 2023	Percentual de redução da área atingida por incêndios florestais nas Unidades de Conservação Federais	Recuperação gradual da vegetação nativa por meio da diminuição das áreas atingidas por incêndios florestais, que constituem fatores de supressão e impedimento de regeneração da vegetação nativa	ICMBio

Objetivos	Linhas de Ação	Biomias	Metas 2020-2023	Indicador	Resultados Esperados	Inst. Responsáveis
Promover a conservação e a recuperação da vegetação nativa, reduzir o desmatamento ilegal e os incêndios florestais	Diminuição das áreas atingidas por incêndios florestais	Todos os biomas	2020: 30%	Percentual de Ucs com Planos de Manejo integrado do fogo	Elaboração e implementação dos planos de manejo integrado do fogo nas Ucs federais de forma a contribuir para a diminuição das áreas atingidas pelos incêndios florestais, viabilizando a recuperação da vegetação nativa	ICMBio
			2021: 50%			
Promover a regularização ambiental das propriedades	Apoiar a implementação da análise do CAR nas unidades federativas, por meio da disponibilização de recursos tecnológicos, além de apoio em atividades de capacitação e de transferência de tecnologia aos órgãos competentes.	Todos os biomas	Desenvolver e implantar a solução de "Análise Dinamizada do CAR"	Número de estados com o sistema da Análise Dinamizada implantados	Avançar na implementação do Código Florestal pela qualificação dos dados declarados do CAR	SFB/MAPA
			Analisar pelo menos 50% do número de Cadastros declarados no SICAR	Número de CAR analisados no período		
	Implementar o Projeto Gestão Integrada da Paisagem no Bioma Cerrado (FIP Paisagens Rurais)	Cerrado	Apoiar, via extensão rural, a 4 mil produtores rurais para recuperação de pastagens degradadas e passivos ambientais relacionados a Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal	Número de capacitações de produtores rurais para a recuperação de passivos ambientais (APP e Reservas Legais) e pastagens degradadas realizadas	Fortalecer a adoção de práticas de conservação, recuperação/recomposição ambiental e práticas agrícolas de baixas emissões de carbono em bacias hidrográficas selecionadas no bioma Cerrado do Brasil	
				Número de assistências técnicas realizadas		
	Implementar o Projeto Regularização Ambiental de Imóveis Rurais no Cerrado (FIP CAR)	Cerrado	Apoiar a elaboração de Programas de Regularização Ambiental (PRAs) dos CARs aprovados	Número de propostas de regularização ambiental de agricultores familiares e de povos e comunidades tradicionais na área de atuação elaboradas	Promover melhorias nos sistemas de gestão e operacionalização do CAR	
				Fortalecer a capacidade dos Órgãos Estaduais responsáveis pelo CAR, na elaboração, retificação e validação do CAR		
Implementar o Projeto Regularização Ambiental de Imóveis na Amazônia e áreas de transição para o Cerrado (KFW CAR)	Cerrado e Amazônia	Desenvolver chamadas públicas para apoiar projetos de recomposição da cobertura vegetal	Número de chamadas públicas publicadas	Disseminar tecnologias de recomposição da vegetação nativa em áreas protegidas no interior de imóveis rurais, capacitar multiplicadores e formar parcerias necessárias para atingir capilaridade junto aos produtores rurais, qualificando as instituições de assistência técnica e extensão rural		
			Implantar Centros de Referência e Unidades Demonstrativas para transferência de tecnologia de recomposição da vegetação nativa		Número de Centros de Referência e Unidade Demonstrativas implantados	

Objetivos	Linhas de Ação	Biomias	Metas 2020-2023	Indicador	Resultados Esperados	Inst. Responsáveis
Promover a regularização ambiental das propriedades	Implementar o Projeto Regularização Ambiental de Imóveis na Amazônia e áreas de transição para o Cerrado (KFW CAR)	Cerrado e Amazônia	Apoiar a elaboração de propostas de regularização ambiental de imóveis rurais da agricultura familiar na área de atuação	Número de propostas de regularização ambiental elaboradas	Disseminar tecnologias de recomposição da vegetação nativa em áreas protegidas no interior de imóveis rurais, capacitar multiplicadores e formar parcerias necessárias para atingir capilaridade junto aos produtores rurais, qualificando as instituições de assistência técnica e extensão rural	SFB/MAPA
Promover a difusão das tecnologias de baixo carbono na agropecuário	Ampliação do Plano ABC até 2030	Todos os biomas	Renovação do Plano ABC para o período de 2020 a 2030	Área de pastagem recuperada (ha)	Aumento de produtividade na agropecuária Uso eficiente de recursos naturais	MAPA
				Área implantada com ILPF (ha)		
				Área implantada com sistema de plantio direto (ha)		
Implementar a Iniciativa Regenera Brasil - Recuperação de ecossistemas nativos brasileiros no contexto do Planaveg	Contribuir com a melhor ciência disponível para a geração de diretrizes que promovam a recuperação efetiva dos ecossistemas nativos brasileiros	Todos os biomas, com destaque para Amazônia e Mata Atlântica	Realizar uma síntese do conhecimento disponível sobre a restauração de ecossistemas brasileiros	Documento síntese produzido	Disponibilização de informações sobre a restauração de ecossistemas brasileiros	MCTI
			Criar uma proposta multiministerial de um programa de fomento à restauração	Proposta multiministerial elaborada	Disponibilização de recursos para projetos de restauração	MMA, MCTI, MAPA
			Criar uma ferramenta de apoio à tomada de decisão	Ferramenta de apoio a decisão criada	Aplicação do conhecimento científico e geração de diretrizes para programas e projetos de recuperação de ecossistemas	MCTI
			Definir 03 áreas prioritárias em função de oportunidades para o desenvolvimento de programas e projetos e de demandas para a restauração e/ou produção florestal	Número de áreas prioritárias definidas		
			Definir 03 projetos piloto para a implementação de ações de restauração e planejamento agropecuário	Número de projetos piloto definidos		
			Realizar o monitoramento de 03 projetos piloto	Área efetivamente restaurada		
Implementar o Sistema Amazônico de Laboratórios Satélites	Implantar infraestruturas de apoio para pesquisa científica em áreas remotas da Amazônia, visando à ampliação do conhecimento sobre a biota amazônica	Amazônia Legal	Projetos Pilotos: Reativação do Laboratório de Selva da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã (IDSM) Construção de Laboratório Flutuante (IDSM) Fortalecimento da Estação Científica Ferreira Penna (ECFPn) na Floresta Nacional de Caxiuanã (MPEG) Revitalização da Base Alto Cuieiras (INPA)	Número de instalações concluídas Número de chamadas públicas lançadas	Ampliação do conhecimento sobre a biota amazônica Disponibilização de infraestrutura de pesquisa	MCTI/Finep

Objetivos	Linhas de Ação	Biomias	Metas 2020-2023	Indicador	Resultados Esperados	Inst. Responsáveis
Fortalecer e apoiar o Sistema de Informação sobre a Biodiversidade Brasileira - SiBBR	Organizar, indexar, armazenar e disponibilizar dados e informações científicas sobre a biodiversidade e os ecossistemas amazônicos	Amazônia Legal	Ampliação do número de registros oriundos da biodiversidade e dos ecossistemas amazônicos	Número de registros oriundos da região amazônica	Ampliação do conhecimento sobre a biodiversidade e os ecossistemas amazônicos	MCTI/RNP
Promover o alcance dos objetivos e metas do Planaveg	Revitalização de Bacias Hidrográficas por meio da recuperação de áreas degradadas, matas ciliares e nascentes	Todos os biomas	Implementar projetos de recuperação ambiental de áreas degradadas e contenção de processos erosivos em 10.000 hectares	Área (ha) recuperada ou conservada	Promover a conservação e aumentar a disponibilidade hídrica	MDR, Codevasf

BIOECONOMIA

Objetivos	Linhas de Ação	Biomias	Metas 2020-2023	Indicador	Resultados Esperados	Inst. Responsáveis
Conservação e uso sustentável dos recursos naturais	Fornecimento de logística por meio de Contratações/ Aquisições	Amazônia	Implementar acordos de pesca em cinco áreas do estado do Amazonas: RDS Puranga Conquista, Rio Tupana (área de abrangência das Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Matupiri e Igapó-Açú), Entorno da Floresta Estadual de Canutama, Rio Tupana (área de abrangência da RDS Matupiri e Igapó-Açú), Entorno da (RDS) Piagaçu Purus - UO Amazonas	Número de acordos implementados	Fortalecer as cadeias produtivas da biodiversidade na Amazônia	MMA
Promover ações de proteção, conservação e manejo da biodiversidade	Elaboração em conjunto com os 13 Estados de Planos de Ação Territoriais (PAT)	Amazônia, Cerrado, Caatinga, Mata Atlântica, Pampa, Zona costeira	Adotar ações de proteção, conservação e manejo da biodiversidade, apoiando o desenvolvimento de pelo menos oito Planos de Ação Territorial que somam cerca de 9 milhões de hectares	Aumento da área efetiva dos ecossistemas de distribuição de espécies nativas	Conservação e manejo da biodiversidade, em especial pela proteção e reconexão de populações isoladas de determinadas espécies	MMA (ICMBio e JBRJ), SFB/MAPA e Estados
Estruturação e implementação de cadeias produtivas sustentáveis de ecoturismo em unidades de conservação e seu entorno	Apoio aos órgãos gestores de unidades de conservação federal e estaduais no planejamento, estruturação e operacionalização de atividades produtivas, ecoturismo e uso público nas unidades de conservação	Todos os biomas	Aumentar o número de UCs com melhora na estruturação e implementação de cadeias produtivas sustentáveis de ecoturismo em unidades de conservação e seu entorno	Aumento no número de UC com ecoturismo e/ou cadeias produtivas sustentáveis implementadas, reconhecidas e divulgadas	Estratégias e planos de uso público elaboradas e em implementação Unidades de conservação estruturadas para o ecoturismo Atividades produtivas desenvolvidas de forma sustentável em unidades de conservação Redução na pressão e impactos (antrópica) nas Ucs pela população do entorno Cadeias produtivas de ecoturismo locais desenvolvidas e implementadas de forma sustentável	MMA
Promoção e desenvolvimento da cadeia produtiva sustentável do ecoturismo através do aumento da visitação pública em Ucs	Planejamento e implementação de modelo de negócio de concessões para gestão de UCs junto ao ICMBio	Todos os biomas	Aumentar a visitação nas UCs e consequentemente o desenvolvimento econômico sustentável do entorno Aumentar o número de UCs concedidas	Número de visitantes Número de parques concessionados	Vegetação nativa preservada e economia local promovida	MMA

Objetivos	Linhas de Ação	Biomias	Metas 2020-2023	Indicador	Resultados Esperados	Inst. Responsáveis
Investimentos em projetos de conservação e uso sustentável da biodiversidade brasileira por meio do Fundo Nacional de Repartição de Benefícios (FNRB)	Seleção de projetos relacionados à conservação e uso sustentável da biodiversidade desenvolvidos em Unidades de Conservação e seu entorno, para investimento dos recursos do Fundo Nacional de Repartição de Benefícios (FNRB)	Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal	Seleção e aprovação de 05 (cinco) projetos, pelo Comitê Gestor do FNRB	Número de projetos aprovados pelo CG-FNRB	Promoção do uso sustentável e rastreável do Patrimônio Genético e Conhecimentos Tradicionais Associados (CTA), fomentando a repartição de benefícios (monetária ou não monetária)	MMA
Implementação de protocolos comunitários em Unidades de Conservação	Elaboração e disseminação de práticas de construção e implementação de protocolos comunitários (para gestão e negociação de Conhecimentos Tradicionais Associados - CTA, e emissão de documento de consentimento prévio informado), em Unidades de Conservação selecionadas.	Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal	Seleção e implementação de práticas de protocolos comunitários em 15 Unidades de Conservação	Número de Unidades de Conservação com práticas de protocolo comunitário implementadas	Promoção do uso sustentável e rastreável do Patrimônio Genético e Conhecimentos Tradicionais Associados (CTA), fomentando a repartição de benefícios (monetária ou não monetária)	MMA
Fortalecer a conservação, o uso sustentável e a repartição de benefícios da Biodiversidade e dos Recursos Naturais, de forma a combater e reverter as suas perdas e a redução dos serviços ecossistêmicos	Implementar estratégias de promoção do pirarucu manejado pelas comunidades tradicionais em áreas protegidas, buscando a ampliação de mercados consumidores com a valorização e reconhecimento de sua importância socioeconômica e dos serviços ambientais associados	Amazônia	50 toneladas de pirarucu, proveniente do Bioma Amazônia, comercializadas em pelo menos três estados diferentes fora do Estado do Amazonas	Promoção do produto em, no mínimo, três estados da Federação	Incremento na renda de aproximadamente 2000 famílias Fortalecimento da participação de famílias de sete unidades de conservação do Amazonas (Resex do Rio Unini, Resex do Médio Juruá, Resex do Rio Jutai, Resex do Baixo Juruá, Resex de Auati-Paraná Resex do Médio Purus, Resex Ituxi) na conservação da biodiversidade	ICMBio
Implementar o Programa Bioeconomia Brasil – Sociobiodiversidade	Promover a estruturação de cadeias produtivas do extrativismo em todos os biomas brasileiro	Todos os biomas	Realizar levantamentos e diagnósticos relacionados a cadeias estratégicas do extrativismo Promover articulação institucional para diálogos multisetoriais para o aperfeiçoamento de políticas públicas Implementar ações de apoio à estruturação de cadeias produtivas do extrativismo	Nº de diagnósticos e espaços de articulações implementados Ações e instrumentos de apoio à estruturação produtiva implementados	Fortalecimento das cadeias produtivas do extrativismo	MAPA

Objetivos	Linhas de Ação	Biomias	Metas 2020-2023	Indicador	Resultados Esperados	Inst. Responsáveis
Implementar o Programa Bioeconomia Brasil – Sociobiodiversidade	Promover de alianças produtivas entre setores de alimentos e saúde para cadeias produtivas de Ervas Medicinais, Aromáticas, Condimentares, Azeites e Chás Especiais do Brasil	Todos os biomas	Apoiar a formação de arranjos Institucionais para o desenvolvimento de ações nas cadeias produtivas de plantas medicinais, aromáticas, condimentares, de azeites e chás especiais	Área apoiada por incentivos a serviços ambientais de recuperação	Fortalecimento, ampliação e inovação nas cadeias produtivas de plantas medicinais, aromáticas, de azeites e chás especiais	MMA, PNUD
			Apoiar ações de estruturação das cadeias produtivas de plantas medicinais, aromáticas, condimentares, de azeites e chás especiais	Ações de apoio às cadeias produtivas implementadas		
			Apoiar ações de pesquisa, inovação e extensão para produção e processamento de plantas medicinais, aromáticas e seus derivados para a diversificação da cultura fumageira	Número de pesquisas apoiadas		
	Estruturar Roteiros de integração em torno de produtos e atividades da Sociobiodiversidade para valorização da diversidade biológica, social e cultural brasileira		Realizar o levantamento do potencial de Roteiros da sociobiodiversidade nos biomas brasileiros	Número de contratos assinados e produtores beneficiados	Estruturação dos roteiros integrados da sociobiodiversidade	
			Estabelecer metodologias para a implementação dos Roteiros da Sociobiodiversidade			
			Desenvolver estratégias para ampliar o acesso ao financiamento de ações para o fortalecimento da sociobiodiversidade	Estratégia para ampliação de financiamento desenvolvida e percentual de novos recursos destinados		
	Conservar a agrobiodiversidade, por meio do reconhecimento de sistemas agrícolas tradicionais e fomento a ações para a conservação dinâmica destes sistemas		Estabelecer instância de governança para recepção, avaliação e encaminhamento dos Sistemas Agrícolas Tradicionais brasileiros	Instâncias de governança criada	Fortalecimento e ampliação das políticas de apoio aos sistemas agrícolas tradicionais	
			Elaborar instrumento de apoio para novas propostas de Sistemas Agrícolas Tradicionais	Número de novas candidaturas de Sistemas Agrícolas Tradicionais reconhecidas e apoiadas		
			Elaborar instrumentos para apoio e fomento à conservação dinâmica de Sistemas Agrícolas Tradicionais	Instrumentos de apoio aos planos de conservação dinâmica dos Sistemas Agrícolas Tradicionais elaborados		
			Realizar o mapeamento e diagnóstico das demandas e potenciais de utilização das fontes renováveis de energias para agricultura familiar	Diagnóstico elaborado		
	Promover a geração e o aproveitamento econômico e produtivo das fontes de energias renováveis		Elaborar Plano de ação para implantação das ações de fomento ao uso de energias renováveis pela agricultura familiar	Plano de ação elaborado	Ampliação do uso de fontes renováveis de energia na agricultura familiar	

Objetivos	Linhas de Ação	Biomias	Metas 2020-2023	Indicador	Resultados Esperados	Inst. Responsáveis
Fortalecer instrumentos que garantam o mercado para produtos extrativistas que ajudem na conservação ambiental	Fomentar a ampliação de mercado aos produtos da sociobiodiversidade como forma de geração de renda às comunidades que atuam no segmento	Amazônia	Identificação dos produtos da agricultura familiar e da sociobiodiversidade utilizando o cadastro do SENA - tipo Sociobiodiversidade	Nº de projetos apoiados	Adoção de práticas conservacionistas de solo e água	MAPA
				Área beneficiada (ha)	Adequação ambiental de propriedades rurais	
				Número de produtores beneficiados	Melhoria na qualidade da água Aumento da oferta hídrica	
	Implementar o Programa de Garantia de Preços Mínimos para Biodiversidade-PGPM-Bio para garantia de preços mínimos para produtores da sociobiodiversidade;	Todos os biomas	Apoiar a comercialização dos produtos da sociobiodiversidade e o desenvolvimento das comunidades extrativistas, por meio da Subvenção Direta a Produtos Extrativistas (SDPE), que consiste no pagamento de um bônus, quando os extrativistas comprovam a venda de produto extrativo por preço inferior ao mínimo fixado pelo Governo Federal	Valor investido no PMPG (R\$)	Alcance da segurança alimentar e nutricional da população da região, em especial da parcela em situação de vulnerabilidade e risco social até 2023	CONAB, MAPA
				Número de produtos inseridos na política		
				Número de produtores beneficiados		
Implementar novas fontes de financiamento para promoção do desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida	Ampliar as linhas de financiamento para investimentos nas cadeias produtivas da sociobiodiversidade	Todos os biomas	Direcionar recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar para Cadeias da Sociobiodiversidade - PRONAF - Bio via Plano Safra para agricultura familiar e cadeias da sociobiodiversidade	Valor direcionado no Plano Safra para Sociobiodiversidade (em R\$) Número de produtores beneficiados Número de cadeias beneficiadas	Ampliação dos investimentos para as cadeias da sociobiodiversidade	MMA
Promover o manejo florestal sustentável nas Florestas Nacionais	Ampliar a produção madeireira proveniente de concessões públicas federais	Amazônia Legal	Número de florestas concedidas no período	Produção de madeira em tora pela concessões florestais (m³)	valorização da floresta preservada e ampliação de investimento privado em atividades da bioeconomia	SFB/MAPA
				Área total concedida para manejo (ha)		
Subsidiar a formulação de uma estratégia nacional de bioeconomia	Implementar o Projeto Oportunidades e Desafios da Bioeconomia - ODBio, parte do Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Bioeconomia (PACTI Bioeconomia)	Todos os biomas	Formular campo conceitual da bioeconomia brasileira considerando sua diversidade, oportunidades e desafios nas diferentes regiões do País (Comitê Nacional de Bioeconomia e Observatório Brasileiro de Bioeconomia - PACTI Bioeconomia)	Documentos conceituais elaborados	Estabelecimento de diretrizes conceituais para a bioeconomia brasileira e o conhecimento das capacidades existentes em pesquisa, desenvolvimento e inovação para seu desenvolvimento	MCTI
			Mapear as competências e capacidades de PD&I em bioeconomia (Comitê Nacional de Bioeconomia - PACTI Bioeconomia)	Mapeamentos realizados		
Promover a conservação e a recuperação da vegetação nativa, reduzir o desmatamento ilegal e os incêndios florestais		Todos os biomas	Elaborar modelo de Knowledge Hub da Bioeconomia Brasileira (Observatório Brasileiro de Bioeconomia - PACTI Bioeconomia)	Modelos de Knowledge Hub propostos	Estabelecimento de ambiente virtual integrado, estruturado e interativo para a captura, sistematização, análise, síntese, compartilhamento e divulgação de conhecimentos sobre bioeconomia, provendo inteligência estratégica para subsidiar tomadas de decisão e disponibilizando meios para a integração e interação entre os atores da bioeconomia brasileira	

Objetivos	Linhas de Ação	Biomias	Metas 2020-2023	Indicador	Resultados Esperados	Inst. Responsáveis
Promover a conservação e a recuperação da vegetação nativa, reduzir o desmatamento ilegal e os incêndios florestais	Diminuição das áreas atingidas por incêndios florestais	Todos os biomas	Elaborar modelo de instância de governança da bioeconomia brasileira em âmbito federal, considerando experiências nacionais e internacionais em coordenação setorial e prevendo a participação dos diversos atores envolvidos (governo, academia, empresas e sociedade civil organizada) (Comitê Nacional de Bioeconomia - PACTI Bioeconomia)	Modelos de governança propostos	Consolidação de estruturas de gestão e governança com foco no aproveitamento de oportunidades e na superação dos desafios apresentados pela bioeconomia brasileira por meio de programas orientados por missão e indutores de inovação que permitam a integração e sinergia de ações dos diversos atores que a compõem	MCTI
			Identificar programas e projetos estruturantes, mobilizadores, orientados por missão e indutores do desenvolvimento da bioeconomia brasileira (Linhas Temáticas - PACTI Bioeconomia)	Número de programas ou projetos identificados		
Fortalecer e garantir a sustentabilidade das cadeias produtivas com base na biodiversidade brasileira	Implementar o Programa Cadeias Produtivas da Bioeconomia MCTI, parte do Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Bioeconomia (PACTI Bioeconomia)	Cerrado	Fomentar cadeias produtivas sustentáveis da biodiversidade brasileira por meio do desenvolvimento de produtos, materiais, insumos e tecnologias com foco na agregação de valor e sua retenção pelas comunidades que delas dependem (Linha Temática de Biomassa - PACTI Bioeconomia)	Número de cadeias produtivas apoiadas	Valorização e promoção de cadeias produtivas baseadas na biodiversidade brasileira por meio do desenvolvimento de novos produtos, insumos e materiais a partir e para essas cadeias com foco na agregação e retenção de valor junto as comunidades que delas dependam	MCTI
Desenvolvimento de sistemas produtivos sustentáveis que garantam integralmente as seguranças hídrica, energética e alimentar	Implementar o Projeto NEXUS - Segurança Hídrica, Energética e Alimentar, parte do Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Bioeconomia (PACTI Bioeconomia)	Todos os biomas	Fomentar o desenvolvimento de sistemas produtivos que garantam, de forma integral e sustentável, as seguranças hídrica, energética e alimentar das populações, considerando em suas soluções a sociobiodiversidade local, as soluções baseadas na natureza e a circularidade econômica (Linha Temática Biomassa - PACTI Bioeconomia)	Número de projetos apoiados	Ampliação das seguranças hídrica, energética e alimentar por meio de novos sistemas produtivos sustentáveis e adaptados às condições regionais	MCTI
Promover modelo econômico complementar por meio da melhoria do ambiente de negócios e do desenvolvimento sustentável	Estruturar e dinamizar Arranjos Produtivos Locais (APLs) com vocação para aproveitamento de recursos agroflorestais	Todos os biomas	Implementar 75 APLs	Nº de APLs estruturadas	Fortalecimento de técnicas de manejo florestal com vistas a revitalização de bacias hidrográficas	Codevasf

